



IMIGRAÇÃO, RAÇA E CULTURA: o ensinamento de Franz Boas*

Dra. Anna Casella Paltrinieri
Università Cattolica del Sacro Cuore - Brescia (Itália)

RESUMO

Este artigo discute os conceitos de raça e cultura utilizados hoje pelas autoridades italianas como justificativa ao combate à imigração estrangeira. Para tanto, a autora utiliza algumas obras de Franz Boas quando analisa a imigração europeia e, sobretudo, italiana, na América do Norte. Esse autor, combatendo as ideologias racistas que estavam se formando no início do século XX na Europa, afirma que as culturas devem ser estudadas não como variáveis de um mesmo modelo, mas como expressões ideográficas da criatividade humana. Aparece importante a tensão moral que atravessa seu trabalho científico, concebido como uma maneira de chegar à verdade, uma verdade a ser difundida “para não ter vivido em vão”. Esses argumentos são atuais e importantes para reler um dos maiores autores da história antropológica.

Palavras-chave: Raça. Cultura. Imigração. Franz Boas.

ABSTRACT

This article discusses the concepts of race and culture used today by the Italian authorities to justify the fight against foreign immigration. For both, the author uses some works of Franz Boas when analyzes the European immigration and especially Italian, in North America. This author, fighting the racist ideologies that were being formed at the beginning of the twentieth century in Europe, says that the crops should not be considered as variables of the same model, but as idiographic expressions of human creativity. Appears important the moral tension that trespass his scientific work, conceived as a way to get to the truth, a truth to be distributed "for not having lived in vain". These arguments are presents to read one of the most important authors of anthropological history.

Keywords: Race. Culture. Immigration. Franz Boas.

* Esse texto é uma reelaboração e ampliação de um artigo publicado na revista italiana “Quaderni del Premio Letterario Giuseppe Acerbi” em novembro de 2008. Tradução do italiano de Claudio Zannoni (DESOC/UFMA) e Maria Mirtes dos Santos Barros (DEART/UFMA).

Assistimos hoje, na Itália, a uma retomada de argumentos que já pareciam há algum tempo relegados ao passado. A opção de “enfrentar” o problema da imigração com medidas enérgicas (por exemplo, barrando o desembarque dos imigrantes antes que toquem as praias italianas) traz à tona práticas de individualização dos traços fisionômicos, para indicar prováveis ligações “raciais”. Forças políticas presentes há décadas no cenário italiano utilizam cotidianamente o termo “identidade” para se referir a um provável pertencimento cultural que distinguiria também entre eles “grupos” até recentemente definidos como “regionais”¹. Em contrapartida, estudiosos e propagandistas se esforçam para lembrar que os italianos também viveram, num passado não muito distante, a trágica experiência da migração², com o corolário de humilhações, fadigas e incompreensões tais quais as que hoje experimentam os novos migrantes que vêm da África, da Ásia e das Américas³.

Neste contexto é oportuno lembrar uma parte menos conhecida da obra de um grande antropólogo, Franz Boas. Ele trabalhou nos Estados Unidos entre 1908 e 1911 por encargo da Comissão Dillingham e produziu estudos sobre as características fisionômicas dos imigrantes europeus, com uma maior atenção para os italianos. Sua obra discute, pela primeira vez, o conceito de raça, na época sustentado com virulência pelos propagandistas evolucionistas e darwinianos. Negando a existência de uma relação entre raça e cultura, o autor em questão criticava os fundamentos da ideologia racista que naqueles anos estava se formando na Europa (LOMBARDI SATRIANI, 1928). Seu trabalho intelectual será contestado pelos teóricos do racismo. O volume “*O homem primitivo*”⁴, publicado em 1911 e traduzido em alemão sob o título “*Kultur und Rasse*”, foi queimado pelos nazistas no dia 10 de maio de 1933.

A pesquisa sobre as características físicas dos imigrantes europeus havia sido encomendada a Boas pela *United States Immigration Commission*⁵, no contexto de uma

¹ Cf., A. Signore, A. Trocino, *Razza padana*, Rizzoli, Milano, 2008, pp. 350 ss.

² De 1880 a 1915 foram pelo menos quatro milhões os italianos que transitaram em Ellis Island, a ilha na qual pousavam os imigrantes antes de ser admitidos nos Estados Unidos. Em Ellis Island (logo denominada a ilha das lágrimas) os esperava o trauma dos humilhantes controles médicos e burocráticos. Visitas médicas e testes psicológicos verificavam a saúde e a integridade física, além das capacidades intelectivas, com a finalidade de enviar de volta a seus países de origem os que estivessem com problemas de saúde, ou com debilidades psíquicas. Uma reconstrução destes problemas é retratada no filme “*Il nuovo mondo*” de E. Crialesi, 2007.

³ Ver, como exemplo, o texto de G.A. Stella. “*L’orda*” (Quando gli albanesi eravamo noi), Rizzoli, Milano, 2002, que fala da migração italiana e das reações contra os italianos.

⁴ Cf. F. Boas, *The mind of Primitive Man*, The Macmillan Company, New York, 1911-1938 (tr. it., *L’uomo primitivo*, Laterza, Bari, 1972, p. 214).

⁵ A *United States Immigration Commission*, ou *Dillingham Commission*, do nome do senador William Paul Dillingham, começou seus trabalhos em 1907 e os concluiu em 1911. Publicou complexivamente 41 volumes nos quais apresentava pesquisas conduzidas sobre os imigrantes de várias nacionalidades. F. Boas, *Antropologia e vita moderna. (Anthropology and Modern Life)*, W.W: Norton & Company, New York, 1928), Roma: Einaudi Editori, 1998, p. 56.

orientação político-legislativa restritiva que pretendia constatar a imigração e a “mestiçagem racial” para evitar os efeitos do “enfraquecimento” cultural e favorecer a solidez física dos autoctones.

A idéia darwiniana de uma evolução das populações humanas das condições primitivas, trazia inevitavelmente consigo a hipótese de uma hierarquia das raças e das culturas. Essas teorias, que estavam tendo um desenvolvimento importante na Europa e também nos Estados Unidos, tornaram-se, na Europa, o ponto de referência para a futura ideologia nazista, enquanto, na América, sustentavam posições nostálgicas da escravidão⁶. Cientistas e estudiosos de antropologia física encontravam na releitura das leis mendelianas o ponto de partida para uma “ciência” nova: a eugenética, segundo a qual uma atenta seleção das características hereditárias “positivas” para serem fortificadas e a eliminação das “negativas”, teria finalmente possibilitado o sonho platônico de uma humanidade perfeita⁷.

A visão positivista, apresentada à maneira de Lombroso⁸, com atenção aos traços patológicos, levava também na Itália a estudos nos quais se pretendia individualizar uma diferença entre Italianos do Norte e Italianos do Sul, estes últimos marcados por uma inferioridade genética e por atrasos históricos. Autores como A. Niceforo, em seu volume de 1901, *“Italiani del nord e Italiani del sud”*, que retomava e desenvolvia argumentos já presentes em outras obras como *“La delinquenza in Sardegna”* de 1897 e *“L’Italia barbara contemporanea”* de 1898, sustentavam a existência de várias “raças” na Itália, em particular, da raça da Itália do norte e aquela do sul. Mas, ao mesmo tempo, Niceforo acentuava que as causas do atraso social e cultural do sul deveriam ser procuradas nas dramáticas condições de miséria em que o Sul havia caído por causa dos acontecimentos de sua história. Também Niceforo, coerente com sua linha positivista, afirmará (coincidindo com o que Boas concluirá no seu estudo sobre os imigrantes) que os traços físicos degenerativos se devem mais às privações decorrentes do ambiente do que de uma presumível hereditariedade racial⁹.

⁶ Sobre as teorias escravistas, sustentadas por Madison Grant, lembra F. Boas que segundo este autor, os escravos eram tratados melhor e estavam mais felizes que os homens livres. Cf. M. Herskovits, *Introduzione in L’uomo primitivo...*, op. cit., p. VII.

⁷ Cf. A. D’Onofrio, *Razza, sangue, suolo* (Utopia della razza e progetti eugenetici nel ruralismo nazista), Clío Press, Napoli, 2007, pp. 51-58.

⁸ Lombroso, cientista italiano que falava de uma correspondência entre a psiche e o soma e achava que era possível estudar os delinquentes estudando os traços físicos deles.

⁹ Cf. V. Teti, *Introduzione a A. Niceforo, La razza maledetta*, Manifestolibri, Roma, 2003.

F. Boas utiliza-se de estudos antropométricos de autores italianos como os de Ridolfo Livi (1896), capitão médico, o qual, publicando os resultados da avaliação das fichas sanitárias relativas à população que servia o exército de 1859 a 1863, propunha a idéia da existência de mais “raças” italianas, que poderiam ser classificadas pela cor dos cabelos, pela altura e pelo índice encefálico. Afirmava, enfim, que estava comprovada a diferença de estatura entre vênets e toscanos (mais altos) e calabreses, sardos e lucanos. Boas se refere também à obra de Giuseppe Sergi, antropólogo e psicólogo, o qual fundará, em 1913, o movimento eugenético nacional (MANTOVANI, 2004, p. 54).

No decorrer dos anos em que prosseguiu com o trabalho pela comissão, Boas, que já havia realizado o estudo sobre as populações árticas do Canadá, dedicou-se à catalogação das medidas encefálicas e colecionou decalques dos rostos de milhares de pessoas (ROTH PIERPONT, 2004, p. 7-8). Ele, logo percebe a dificuldade em estabelecer uma coincidência entre características somáticas e proveniência geográfica, em função das múltiplas variáveis:

Este é um problema extremamente complicado, tendo em conta as grandes diferenças no tipo de pessoas que imigraram para os Estados Unidos a partir de diferentes partes da Europa, tendo em conta as alterações das condições sociais em que estas pessoas viviam em casa e aqui e, por conta da extensa mistura de descendentes de várias nacionalidades que aconteceu nos Estados Unidos. (...) As investigações que têm sido realizados na Europa durante os últimos cinquenta anos têm mostrado claramente que os diferentes tipos que habitam diversas partes da Europa mostraram diferenças fundamentais, e que essas diferenças são distribuídas, em sua totalidade, mais de acordo com as localidades geográficas do que as nacionalidades. Assim, as pessoas da Alpes, não importa em que língua eles falem, mostram semelhanças consideráveis no modelo, por conta dessas diferenças locais pareceu necessário classificar os imigrantes de acordo com a sua descendência e país de origem e, nas fases iniciais do nosso inquérito nos limitamos a um estudo do leste europeu hebraico. Quando os pontos essenciais a serem investigar se tornaram mais claros a partir do resultado desse inquérito, esse foi prorrogado aos italianos e partes da Itália do sul de Roma, Bohemians, e Húngaros, e, de uma forma mais limitada, mais imigrantes descendentes da Escócia (...) De um ponto de vista prático, parece importante saber se todas as Americas tiveram um ambiente favorável ou desfavorável sobre o efeito dos descendentes de imigrantes (BOAS, 1912, p. 1ss.).

Foi, por isso, obrigado a se desligar da biologia e da visão psicológica de orientação materialista, para sustentar que não existe relação entre simplicidade da cultura material e primitivismo. Na análise do comportamento humano, deve-se valorizar antes o aporte individual (BOAS, 1972, p. 23-26; 1998, p. 2 ss.). Sua experiência entre povos como os Inuit e os Kwakiutl, dos quais havia conseguido apreender a capacidade de adaptação ao ambiente e a extraordinária riqueza das línguas, o leva a considerar a idéia de que as culturas devem ser

estudadas não como variáveis de um mesmo modelo, mas como expressões idiográficas da criatividade humana (BOAS, 1972, p. 131). Se, todavia, se pode falar de “primitivismo”, isto não constitui um julgamento de mérito sobre a capacidade mental:

Existem povos, como por exemplo os australianos, que têm uma cultura material muito pobre, mas uma organização social extremamente complexa. Outros, como os indígenas californianos, produzem excelentes obras técnicas e artísticas, mas não mostram nenhuma correspondente complexidade em outros aspectos da vida social. Além do mais, esta valoração assume um significado diferente se a população é socialmente estratificada. De fato, há uma enorme diferença entre o status cultural da população rural pobre de muitos países da Europa e da América, e ainda mais entre as camadas mais baixas do proletariado, e as mentes ativas que representam a civilização moderna. É difícil encontrar em outro lugar uma falta de valores culturais maior que aquela que se encontra na vida interior de algumas camadas da nossa população moderna (BOAS, 1972, p. 163-164).

Partidário de uma visão “compromissada” e progressista da ciência antropológica, Franz Boas enfrenta a questão racial denunciando as interpretações distorcidas. Ele é ciente do peso que, no sentido comum, havia assumido a questão da “raça” e via com lucidez as aplicações políticas que podia levar a insistência sobre a herança racial. Referindo-se sobretudo às teorias de Gobineau e dos seus seguidores, para os quais existia uma relação imutável entre aspectos somáticos e funções intelectivas (por isso se podia distinguir o cérebro do europeu, mais desenvolvido), F. Boas inicia sua crítica aos conceitos de “raça”, de “tipo racial” e de “superioridade racial”. Serve-se de diferentes argumentações: a crítica da correlação entre soma e psique; a análise dos processos psicológicos, lingüísticos e culturais das diferentes populações; a análise dos erros de pensamento que levam a conceber uma hierarquia entre povos. Critica, antes de tudo, o conceito de raça, afirmando que se trata de um conceito indefinível e impreciso e, portanto, inútil. Ele afirma que não se pode individualizar qualquer diferença entre o modo de pensar do primitivo e aquele do civilizado, e que toda raça se adequa à vida social.

Para ele, o conceito de “raça”, não pode individuar as constantes anatômicas, fisiológicas e psicológicas de um grupo humano, pois, as diferenças entre as populações são numerosas. Por outro lado, sendo que nem todos os membros de uma nação dividem os mesmos traços físicos (como a cor dos cabelos ou da pele) é impossível individuar um “tipo racial” e distinguir os traços hereditários pelos quais derivam a capacidade mental (BOAS, 1966, p. 4).

As formas físicas dos italianos podem servir como exemplo. Na Itália, os dois tipos que apresentam maior contraste são o “piemontese” e o “sardo”. Não possuímos documentação sobre a forma da cabeça, da altura e da cor dos cabelos destes grupos. Se, me baseando nestes três traços, tivesse que distinguir, confiando na casualidade,

os indivíduos pertencentes às duas idênticas populações, entre 1000 tentativas errarei 125 vezes. Se tivesse que decidir se eles são piemonteses ou escandinavos, em 1000 tentativas errarei 43 vezes. Embora as grandes diferenças entre os dois grupos, a certeza da atribuição é somente de um terço de uma atribuição casual. Nós somos facilmente conduzidos por impressões de tipo geral. A maior parte dos suecos é loura, tem olhos azuis, é alta e tem a cabeça alongada. Isto nos leva a formular na nossa mente o ideal do sueco nos conduzindo a esquecer as variações que se verificam na Escandinávia. Se falamos de um siciliano pensamos em um indivíduo moreno, baixo, com os olhos e cabelos negros. Indivíduos que diferem deste tipo não serão por nós analisados quando pensamos no siciliano “típico”. Quanto mais um povo é uniforme, mais nós somos impressionados pelo “tipo”. Cada país nos impressiona enquanto habitado por um certo tipo, cujos traços são determinados pelas formas mais freqüentemente recorrentes. Este, todavia, não nos diz nada a respeito da sua composição hereditária e da quantidade de suas variações (BOAS, 1998, p. 9).

É, portanto, a variedade e a heterogeneidade individual a característica das populações, especialmente se se considera o efeito, nas mesmas, das migrações:

Os tipos étnicos europeus não são certamente ramos puros. Basta olhar um mapa que represente os tipos raciais de qualquer nação européia – como a Itália por exemplo – para ver que a variedade local é o elemento característico e a uniformidade do tipo é a exceção. Rodolfo Livi, em suas fundamentais indagações sobre a antropologia da Itália, demonstrou que os tipos do extremo norte e os do extremo sul são, de fato, distintos – os primeiros altos, branquicéfalos, não raramente louros e com olhos claros; os segundos baixos, dolicocefalos e muito escuros. A transição entre um e o outro tipo é, na sua complexidade, muito gradual: mas, isolados aqui e acolá, se encontram tipos diferentes. São exemplo a região de Lucca, na Toscana, e aquela de Nápoles, que podem ser explicadas como resultados da sobrevivência de um ramo mais antigo ou do inserimento de novos tipos, ou a uma particular influência do ambiente (BOAS, 1972, p. 209-210; 1966, p. 30).

Muitos escritores assumem que um indivíduo de um certo tipo representa o mesmo tipo biológico, independentemente do grupo racial a que pertença. Para dar um exemplo: uma pessoa de cabeça-redonda do Tyrol é equiparada a uma pessoa de cabeça-redonda do sul da Itália, pelo menos na medida em que a forma da cabeça está em questão. Mesmo se se considerar que o tamanho da cabeça dos dois indivíduos é da mesma espécie, a interferência não é defensável. É verdade que por acaso os dois indivíduos podem pertencer à mesma linha de descendência, mas um estudo de uma série homóloga de indivíduos demonstra que geneticamente e, portanto, fisiologicamente, eles não são os mesmos apesar das mesmas características especiais objeto do estudo (BOAS, 1966, p. 43).

Se é impossível determinar com precisão os traços raciais, do mesmo modo será impossível definir um discriminante racial na língua, sendo que são numerosas as transformações linguísticas que se operam sem uma correspondente transformação da raça, como, ao contrário, se registram diferenças linguísticas em povos similares: por exemplo, na zona alpina européia se falam diversas línguas enquanto existe um só “tipo humano”. Do mesmo modo, as variáveis psicológicas são muito mais amplas que as raciais (BOAS, 1966, p. 13). Cai, portanto, a pretensão de individuar traços “hereditários”, característicos das populações, uma vez que, conforme já foi lembrado, é impossível

indivíduo caracteres estáveis nas populações, como sustentavam os teóricos do racismo (BOAS, 1966, p. 33). Baseando-se nas mensurações somáticas dos grupos de imigrantes italianos e hebreus nos Estados Unidos, Boas mostra as numerosas variações fenotípicas (a altura, as medidas somáticas, a curva de crescimento) das segundas gerações crescidas na América. É, portanto, a linha familiar, o ambiente e a condição social a modificar os traços fenotípicos, não a hereditariedade genética (BOAS, 1998, p. 11 ss.; 1966, p. 103-130).

As condições dos sicilianos e dos napolitanos são muito similares àquelas observadas entre os hebreus. O índice encefálico dos indivíduos nascidos no exterior permanece em todos os casos perto do mesmo nível. Os nascidos na América, imediatamente após a chegada dos pais, mostram um leve aumento do índice encefálico. A imigração italiana é tão recente que os indivíduos nascidos muitos anos após a chegada dos seus pais à América são numericamente limitados e os representantes da segunda geração não foram ainda pesquisados. Por esta razão é difícil dizer se o aumento do índice encefálico continua com o passar do tempo entre a imigração dos seus pais e o nascimento do filho. (BOAS, 1972, p. 77).

Em *Changes in the Bodily Form of Descendants of Immigrants*, Boas, confrontando as características físicas dos filhos dos imigrantes (crescimento, cor dos cabelos, medidas do corpo, índice encefálico) nos Estados Unidos com aquelas dos parentes que permaneceram nas regiões de origem, demonstra, mediante numerosas tabelas, estatísticas e fórmulas matemáticas, como a postura, as maneiras de comportamento e de uso do corpo refletem mais o ambiente onde se instalaram que aquele de origem geográfica (BOAS, 1912, p. 106; 1966, p. 60 ss.; MANTOVANI, 2004, p. 54).

O porte dos imigrantes ainda não assimilados tem uma cor local: os italianos caminham e ficam de pé com os ombros levantados e um pouco para trás. Os hebreus tem um porte curvo, os joelhos levemente flexionados, os ombros convexos e a cabeça ligeiramente para frente. Entre os descendentes americanizados destes imigrantes a atitude se modifica. Os que vivem entre os americanos adotaram destes a posição ereta". "O americano faz uso de gestos enfáticos, didáticos e descritivos muito mais do que geralmente se acredita. Seu modo de gesticular difere daquele dos imigrantes italianos e hebreus. Estes, que são em sua maioria de baixa estratificação, mantêm os costumes dos grupos europeus dos quais provém. O italiano tem uma elaborada série de gestos simbólicos de significado definido: "comer" é expresso pelos dedos fechados que tocam a boca; a fome, pela mão direita mantida plana que golpeia horizontalmente a parte direita do corpo. O polegar e o indicador mantidos perto dos dentes e mexidos para baixo exprimem cólera. O indicador e médio enconstados significam "marido" e "mulher" ou "juntos"; as mãos, com os dedos um pouco abertos, levadas em contato e depois separadas e reunidas em rápida sucessão: "o que você quer?". Levantar o indicador e o polegar da mão fechada mantida baixa, é sinal de esconjuro; abanar a gravata de alguém quer dizer "não sou estúpido" (...) Também no que diz respeito à mímica, italianos e hebreus apresentam inúmeras diferenças. O italiano move os braços com um amplo movimento circular empurrando-os além da cabeça e em todas as direções. Os movimentos são lineares. O hebreu mantêm os pulsos aderentes ao corpo e gesticula com o ante- braço e os dedos. Seus movimentos são irregulares e formam linhas mais complexas que as do italiano. Henri Neuville e L.F. Class sustentam que a posição do corpo e o movimento devem ser considerados entre os traços

característicos da raça. As pesquisas de Efron negam essa teoria, sendo que o poder de gesticular varia muito facilmente. Efron fala de um estudante escocês que, crescido em um ambiente israelita, utilizava gestos característicos dos hebreus, e de um inglês criado na Itália, casado com uma israelita e com numerosos amigos hebreus, que havia desenvolvido uma mistura de gestos hebreus e italianos. O prefeito de Nova York, La Guardia, falando em inglês aos americanos gesticulava à italiana. As observações sobre os descendentes dos imigrantes são muito convincentes. O estudo de grupos de italianos e de hebreus que vivem entre americanos mostra que o hábito de gesticular e de se expressar através de mímicas que estes e seus pais trouxeram da Europa desaparecem e que no final temos uma completa assimilação dos costumes americanos. Portanto, os hábitos motores são determinados pela cultura e não pela hereditariedade. (BOAS, 1972, p. 102-103).

Portanto, as manifestações da vida social mostram como não se pode tratar o comportamento humano com critérios determinísticos, e como se deve abandonar o conceito de “raça”, sobretudo porque este leva, como efeito deletério, ao surgimento do preconceito (BOAS, 1966, p. 5).

O conceito de tipo racial, conforme se encontra comumente na literatura científica, é aberrante e requer uma nova definição seja lógica que biológica. Enquanto um grande número de biólogos, psicólogos e antropólogos americanos pareciam concordar com isso, o prejulgamento popular, baseado numa antiga e difundida tradição científica, ainda está vivo, e o preconceito racial representa ainda um importante fator na nossa vida. Ainda pior é a situação nos países dominados pelos regimes ditatoriais. Nestes, de fato, a ciência é submetida a uma série de limitações e, em particular, se exerce um atento controle sobre os livros que tratam de questões raciais e culturais. Uma vez que não é permitido publicar nada que possa ir contra os preconceitos desvairados e os prejuízos da camarilha ao governo, não pode haver também uma ciência verdadeira (BOAS, 1972, p. 3-4).

Portanto, segundo esse autor, uma seleção dos imigrantes com base na classificação racial, acabava por ser totalmente inútil. O critério mais apropriado seria uma avaliação mais atenta das variáveis pessoais: “Se tivéssemos que fazer uma seleção de imigrantes, esta não poderia ser conduzida com base numa rudimentar classificação racial, mas através de um exame detalhado do indivíduo e de sua história familiar” (BOAS, 1998, p. 53).

Tendo privilegiado, em particular, uma perspectiva dinâmica, Boas é, afinal, naturalmente conduzido a afirmar que também as “raças” não podem ser tidas como “naturais”: “Todas as vezes que tentamos colocar as raças humanas numa série evolutiva, temos que ter presente que as raças modernas constituem formas domesticadas e não selvagens” (BOAS, 1998, p. 24).

Boas chega, enfim, a uma outra conclusão, de tipo político. Pois raça, linguagem e cultura são variáveis independentes, qualquer teoria que pense na derivação dos fenômenos socio-psicológicos pela componente físico-biológica, não tem qualquer fundamento científico: o “problema ariano” é uma mistificação.

Se isto for verdadeiro, então um problema como o ariano não existe, porque se liga à história das línguas arianas; e se o assunto que um determinado povo geneticamente homogêneo deve ter sido o portador desta língua no curso da história, seja o outro assunto, que um certo tipo de cultura deve ter sempre pertencido aos povos de língua ariana – são puramente arbitrários e não de acordo com os fatos observados (BOAS, 1972, p. 124).

Como vimos, a desestruturação que Boas faz das teorias raciais se move sobre vários trilhos: a crítica à utilização de conceitos ideológicos, a recusa do determinismo, a denúncia das aplicações discriminatórias, a recusa da hierarquização das culturas. Boas distingue entre “raça” e cultura, achando que a “forma” desta, e a sua variabilidade, mostram adequadamente a independência:

...Demonstramos que (o porte e a postura física) forma corpórea não pode ser estável em sentido absoluto e que as funções fisiológicas, mentais e sociais, dependem das condições externas, são muito variáveis, a ponto de não parecer plausível uma íntima relação entre raça e cultura (BOAS, 1972, p. 79-80).

Uma tentativa, em si, não isenta de ambiguidade, como lembra Lombardi Satriani, pois Boas se serve, na construção do pensamento, das mesmas categorias de raça e de “tipo racial” que pretende rebater e porque ele parece levar, em algumas passagens, a temas quais a criminalidade lombrosiana (MAIELLO, 1998, p. XXX-XXXI). Segundo Stocking, é a sua concepção “formalista” a lhe impedir de abandonar totalmente a concepção “racial” da qual ele pode sair somente numa ótica moral, lembrando que a capacidade pessoal de cada um não depende de critérios raciais (MAIELLO, 1998, p. XXXIII).

Vimos que nada demonstra que o negro seja um tipo humano inferior. Pode ser que a raça não seria capaz de produzir tantos gênios como outras raças, mas não há absolutamente nada que possa nos levar a pensar em uma substancial diferença de capacidade psíquica entre a população negra e a branca. Indubitavelmente ter-se-ia uma infinidade de homens e mulheres capazes de superar os brancos e os melhores incompetentes aos quais confiamos a educação dos nossos filhos nas escolas públicas (BOAS, 1972, p. 218).

Embora não renunciando à perspectiva teórica, se referindo a uma “raça”, Boas aproximou o tema das capacidades culturais dos povos em chave antideterminista, sustentando com força a idéia de que a “vida mental” de cada indivíduo não deriva do seu pertencimento a um grupo racial (BOAS, 1998, p. 31). O valor de uma pessoa, diferentemente dos que sustentavam o pensamento “racial”, depende dos seus sentimentos:

Admitamos, por ora, que a constituição genética de um indivíduo determine seu comportamento. As ações de suas glândulas, o metabolismo básico, e assim por diante, são elementos que encontram expressão na sua personalidade. Personalidade

nesse sentido significa aquelas características emotivas, volitivas e intelectuais determinadas biologicamente que, por sua vez, determinam a maneira como um indivíduo reage à cultura na qual vive. A constituição biológica não faz a cultura: influencia as reações do indivíduo à cultura. O ambiente geográfico ou as condições econômicas criam muito pouco uma cultura, assim como muito pouco o caráter biológico de uma raça cria uma cultura de um tipo definido. A experiência tem demonstrado que os membros da maioria das raças, colocados numa dada civilização, podem se tornar participantes. Na América são exemplos homens como Juarez, presidente do México, ou outros índios profundamente instruídos no Norte ou na América do Sul. Na Ásia, a moderna história do Japão e da China; na América, o sucesso de muitos negros como cientistas, médicos, advogados, economistas, demonstram amplamente que a posição racial de um indivíduo não obstaculiza sua participação na civilização moderna. A cultura é, antes de tudo, o resultado de inúmeros fatores que agem um sobre o outro e não há nenhuma prova de que as diferenças entre as raças humanas, em particular entre os não membros da raça branca, tenham alguma influência diretiva sobre o curso do desenvolvimento da cultura (BOAS, 1998, p. 160-161).

O tema da cultura, portanto, deve ser colocado no âmbito das ciências sociais, como análise dos processos psicológicos e históricos aos quais sempre se interessaram os povos, no momento em que o “tipo” anatômico, a língua e a cultura “não têm necessariamente o mesmo destino” (BOAS, 1966, p. 193). Suas argumentações, enfim, comportam a convicção de que as qualidades naturais, as aspirações e as necessidades do gênero humano são substancialmente idênticas em cada povo (BOAS, 1972, p XII):

Concluindo, sendo que não conseguimos encontrar, nas faculdades mentais das várias raças, diferenças organicamente determinadas pela importância iguais àquelas diferenças encontradas nas linhas genéticas que compõem cada raça; ainda mais temos visto que as assim chamadas diferenças específicas entre as culturas de diferentes povos devem ser reduzidas a qualidades psíquicas comuns em toda a humanidade, não há nenhuma necessidade de discutir as tais diferenças hereditárias nas características mentais de vários ramos da raça branca. Muito já foi dito e escrito sobre as características hereditárias do italiano, do alemão, do francês, do irlandês, do hebreu e do cigano, mas parece-me que não se conseguiu demonstrar que o comportamento de um povo se deve a outra coisa que não às suas condições históricas e sociais. E duvido que possam ser encontradas outras causas. Um exame imparcial dos fatos demonstra que a crença na hereditariedade dos caracteres raciais e o cuidado pela pureza da raça se baseiam em condições inexistentes (BOAS, 1972, p. 211-212).

Persiste, no seu pensamento, a referência ao horizonte conceitual do positivismo, com a categoria da domesticação das funções mentais (a capacidade de observação) e da utilização de técnicas e artes como o uso do fogo (BOAS, 1998, p. 25-36; 1972, p. 66-67). Todavia, para Boas está claro como o comportamento humano, enquanto complexo e variado, deve ser estudado no quadro da capacidade psicológica, da adaptação ao ambiente, das habilidades lingüísticas e simbólicas, além de se referir aos processos educativos (BOAS, 1966, p. 35 ss.):

As observações de Brigham sobre os italianos que haviam vivido nos Estados Unidos desde cinco, dez, quinze e mais anos, cujas respostas ao teste de inteligência se mostraram melhores proporcionalmente ao tempo de permanência na América, são também reconduzíveis à adaptação. Neste caso as dificuldades lingüísticas dos recém- chegados e a gradual aquisição da língua inglesa devem ter representado mais uma causa da melhoria encontrada, muito mais entre os negros do Sul, cujo dialeto e o limitado vocabulário devem ser considerados como uma limitação (BOAS, 1972, p. 100).

Como vimos anteriormente, Boas percebe o perigo inerente à convicção de que exista uma “consciência racial”. Pergunta-se, portanto, se esta depende de um instinto ou se, melhor, não represente a evolução de costumes apreendidos durante a infância e enriquecidos de emoções. Pois, o senso de pertencimento a um grupo racial assume formas particulares e se expressa com várias intensidades; não pode ser considerado um fenômeno instintivo mas acima de tudo como construído culturalmente elaborando os aspectos emotivos da experiência social (BOAS, 1998, p. 41 ss.). O processo mental que leva a desvalorizar a cultura do outro se constrói, portanto, por um lado na aversão por tudo aquilo que não faz parte do próprio horizonte familiar, por outro, na concepção de que a inferioridade mental deriva da inferioridade social (BOAS, 1972, p. 7).

Pela concepção que as populações estrangeiras não têm os mesmos desenvolvimentos, as mesmas conquistas e ocupam na nossa sociedade posições inferiores, derivamos a idéia de que a nossa cultura seja superior. Temos aversão aos tipos exóticos. Mas estas atitudes não são científicas mas fruto de reações emotivas dadas pela observação das condições sociais. Neste sentido, não são mais racionais. Porém não queremos dar aparência científica aos nossos preconceitos: a base do nosso pensamento é óbvia: quanto mais uma civilização é desenvolvida, maior deve ser sua disposição para a própria civilização. E sendo que esta disposição presumivelmente depende da perfeição do mecanismo do corpo e da mente, tiramos a conclusão de que os brancos representam o tipo racial superior. A partir do momento que se é tacitamente convencido de que o sucesso depende sobretudo – se não totalmente – de um inata capacidade racial e que o desenvolvimento psíquico da raça branca é o mais elevado, deduzimos que a potência intelectual desta é máxima e que sua mente é melhor organizada. (...) Sem saber seguimos esta linha: sendo que a raça européia é a mais dotada, também seu tipo físico e mental representa o melhor, e cada distanciamento dele é necessariamente uma manifestação inferior (BOAS, 1972, p. 5-6).

Se comete, antes de tudo, um erro ideológico que é aquele de considerar a civilização européia como superior. Consequentemente, se interpretam as diferenças somáticas como “provas” da inferioridade sócio-cultural e, enfim, se sustentam estas considerações com as reações emotivas negativas frente à indiferença.

Muitos estudos científicos sobre as características psíquicas das raças se baseiam antes de tudo na suposta superioridade do tipo racial europeu e depois na interpretação de cada deviação deste como sinal de inferioridade mental. Quando o prognatismo dos negros é interpretado nesse sentido, sem provar nenhuma conexão

biológica entre a forma das mandíbulas e o funcionamento do sistema nervoso, comete-se um erro comparado àquele de um chinês que descrevesse os europeus como monstros hirsutos, cujo corpo peludo é uma prova de inferioridade. Este é um pensamento de tipo emotivo, não científico (BOAS, 1972, p. 6).

Finalmente, Boas conclui, trata-se da tendência, presente em cada sociedade, da defesa da própria posição de prestígio e poder, às custas dos outros:

A discussão antropológica do problema do negro requer uma palavra também sobre o “instinto racial” dos brancos, que desempenha um rol importantíssimo no aspecto prático do problema. Afinal, este fenômeno é uma repetição do antigo medo instintivo do casamento entre patrícios e plebeus, entre a nobreza européia e o povo comum e entre as castas da Índia. As emoções e os pensamentos que isto comporta são os mesmos sob qualquer aspecto. No nosso caso se referem particularmente à necessidade de manter um diferente status social para evitar a mistura racial. Como nos outros casos citados, o instinto não é uma aversão psicológica, como prova a presença de um relevante número da população mulata na América e o mais fácil amalgamento dos negros com os povos latinos. É, de fato, a expressão de condições sociais assim profundamente enraizadas em nós a ponto de assumirem um forte valor emotivo; e este acredito se queira dizer quando chamamos a estes sentimentos de instintivos (BOAS, 1972, p. 220).

Concluindo:

Nossa tendência a avaliar um indivíduo conforme o quadro que nos fizemos da classe à qual o relegamos – embora se este pode não se sentir de fato ligado a esta – é uma sobreviência de formas de pensamento primitivas. As características dos membros da classe são muito variáveis e o tipo que construímos em base às características mais freqüentes, a esta atribuídos, não é outra coisa se não uma abstração provavelmente realizada em um único indivíduo, e muitas vezes não é nem mesmo o resultado de uma observação, mas uma opinião tradicional que determina nosso julgamento. A liberdade de julgamento pode ser conseguida somente se aprendermos a avaliar um indivíduo com base na sua capacidade e no seu caráter. Então, devendo escolher o melhor da humanidade, encontraremos representantes em todas as raças e em todas as nacionalidades. Então guardaremos como um tesouro e protegeremos a variedade de formas assumidas pelo pensamento e pela atividade humana e fugiremos, como causas de estagnação, de todas as tentativas de imprimir a toda a nação ou até ao mundo inteiro um único modelo de pensamento (BOAS, 1972, p. 221).

Segundo Herskovitz, se as idéias de “raça” e de “progresso”, irrevogavelmente ligadas a uma concepção evolucionista de cultura, foram superadas pela reflexão científica posterior, os ensinamentos da antropologia boasiana (a visão “culturalista” e “relativista”) e, principalmente, a desestruturação do positivismo racista, permanecem hoje válidas e testemunham a capacidade de Boas de oferecer respostas válidas e polêmicas para os tempos e os instrumentos conceituais e científicos dos quais dispunha (MAIELLO, 1998, p. XXXI-XXXII).

Sobretudo, aparece importante a tensão moral que atravessa seu trabalho científico, concebido como uma maneira de chegar à verdade, uma verdade a ser difundida “para não ter

vivido em vão”. São argumentos de extraordinária atualidade e motivos para reler um dos mais importantes autores da história antropológica.

REFERÊNCIAS

BARFIELD, T. **The Dictionary of Anthropology**, Oxford: Blackwell, 1997.

BOAS, F. **Changes in Bodily form of Descendants of Immigrants, Reprinted from the Reports of The United States Immigration Commission**, Columbia University Press., New York, 1912

BOAS, F. "The Instability of Human Types," Papers on Interracial Problems **Communicated to the First Universal Races Congress Held at the University of London**, July 26–29, 1911, ed. Gustav Spiller (Boston: Ginn and Co., 1912), p. 99–103.

BOAS, F. **Race, Language and Culture**, (1940). New York: The Free Press, 1966.

_____. **L'uomo primitivo**. (The Mind of Primitive Man. New York: The Macmillan Company, 1911-1938). Bari: Laterza, 1972

_____. **Arte primitiva**. (Instituttet for sammenlignende kulturforskning, Oslo 1927) Torino: Bollati Boringhieri, 1981.

_____. La padronanza della lingua è un mezzo indispensabile per ottenere informazioni. In: U. Fabietti; V. Matera, **Etnografia. Scritture e rappresentazioni dell'antropologia**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.

_____. **Antropologia e vita moderna**. (Anthropology and Modern Life, W.W: Norton & Company, New York, 1928). Roma: Ei Editori, 1998.

D'ONOFRIO, A. **Razza, sangue e suolo** (Utopie della razza e progetti eugenetici nel ruralismo nazista). Napoli: Clio Press, 2007.

FABIETTI, U.; Matera, V. **Etnografia. Scritture e rappresentazioni dell'antropologia**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.

LIVI, R. **Antropometria militare. Risultati ottenuti dallo spoglio dei fogli sanitari dei militari delle classi 1859-1863 eseguito dall'Ispettorato di sanità militare per ordine del Ministero della Guerra**. Parte I: dati antropologici ed etnologici; Atlante della geografia antropologica d'Italia; Parte II: Dati demografici e biologici. Giornale medico del Regio Esercito. Roma, 1896.

LOMBARDI SATRIANI, L.M. Libri al rogo e il colore dell'acqua. In: **F. Boas, Antropologia e vita moderna**. Roma: Ei Editori, 1998, p. VII ss.

MAIELLO, F. Antropologia classica e classicità dell'antropologia. In: **F. Boas. Antropologia e vita moderna**. Ei Editori, Roma, 1998.

MANTOVANI, C. **Rigenerare la società** (L'eugenetica in Italia dalle origini ottocentesche agli anni Trenta). Rubettino: Soveria Mannelli, 2004.

MICHAELSEN, S. **The Limits of Multiculturalism** (Interrogating the Origins of American Anthropology). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

NICEFORO, A. **La razza maledetta**. Roma: Manifestolibri, 2003.

RADIN, P. **L'uomo primitivo come filosofo** (Primitive Man as Philosopher. New York: Appleton & Co, 1927). Roma: Einaudi, 2001).

ROTH PIERPONT, C. **The Measure of America**. The New Yorker, March 8, 2004.

SIGNORE, A.; TROCINO, A. **Razza padana**. Milano: Rizzoli, 2008.

STOCKING, G.W. Franz Boas and the founding of the American Anthropological Association. **American Anthropologist**, 62, 1960, p. 1-17.

STOCKING, G. **Antropologia dell'eta vittoriana** (W. Victorian Anthropology. New York: The Free Press, 1987). Roma: Einaudi, 2000).

TETI, V. Introduzione a A. Niceforo. **La razza maledetta**. Roma: Manifestolibri, 2003.

VOGET, F. W. **Storia dell'etnologia contemporanea** (A History of Ethnology. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1975). Bari: Laterza, 1984.